

DE COSTAS PARA A CONSTITUIÇÃO

Ministério Público quer obrigar retorno presencial em outubro

Em ação civil pública protocolada na Justiça Federal, os procuradores Fabio Moraes de Aragão e Maria Cristina Cordeiro argumentam que “o ensino remoto não mais se justifica” diante do avanço da vacinação no Rio de Janeiro. A ação se baseia nos supostos males causados pelo ensino remoto em crianças e adolescentes, como a falta de merenda escolar, lista oito instituições de ensino básico e superior do estado, entre elas a UFRJ, a Unirio e o Colégio Pedro II, e prevê multa diária de R\$ 30 mil caso as aulas presenciais não sejam retomadas até 18 de outubro. Para a reitora Denise Pires de Carvalho, a ação fere a autonomia universitária — princípio previsto no artigo 207 da Constituição — e ignora a grave crise causada pelos cortes no orçamento.

EDITORIAL

SIGAMOS NAS RUAS

DIRETORIA

Esta foi a semana de realização do segundo Festival do Conhecimento da UFRJ. Idealizado em tempos de regressão e ataque à cultura, à universidade, aos fundamentos da Ciência e ao Estado Democrático de Direito, ele expõe a potência criativa e a enorme massa crítica em atividade hoje na UFRJ. Uma resposta institucional importante, da qual todos nós fazemos parte. Importante também para que possamos nos ver mais inteiros, menos repartidos em nossos feudos acadêmicos e administrativos. Ainda mais agora, que nos assombram velhas polêmicas e decisões que nos dividem. Essa é a matéria sobre a qual se constrói esta edição do jornal. Enquanto agentes do Ministério Público tentam mais uma vez aparelhar o Judiciário para vilipendiar o princípio constitucional da autonomia universitária, tentando impor, de forma arbitrária e irresponsável, uma data de retorno ao ensino presencial, somos obrigados a reabrir o debate sobre a contratação da Ebserh, que mobilizou fortemente a comunidade universitária entre 2012 e 2013. Nesse emaranhado de problemas e divisões que enfrentamos, nos vemos não só em pleno vigor em centenas de atividades, mas também em franco processo de transformação das tradições patriarcalis nas nossas relações de trabalho é bastante animador. É o que representa a aprovação da resolução proposta pelo GT em Parentalidade e Equidade de Gênero. Temos dado mostras valiosas de responsa-

Só a força de uma poderosa unidade popular e democrática, ampla e irrestrita, poderá fazer frente à essa máquina de morte e destruição que tomou conta do país

bilidade social desde o início da pandemia, consolidando grupos de trabalho que reúnem nossos melhores especialistas para elaborar protocolos e parâmetros consistentes para o desenvolvimento de nossas atividades, garantindo ao mesmo tempo segurança sanitária e cumprimento de nossos deveres. A seriedade com que a universidade e as suas entidades representativas vêm tratando o tema, tendo em seus GTs a participação ativa e decisiva de representantes de todos os segmentos, contrasta com a devastadora ação do governo federal. Assistimos às revelações da CPI da Covid a cada semana, evidenciando que a irresponsabilidade e inoperância ministerial ocultavam também um gigantesco e desumano esquema de corrupção em que aventureiros de todos os matizes se lançavam com avidez. Provoações e ameaças de militares no poder, impropérios da presidência da República, tentativas de intimidação e toda a sorte de mau-caratismo que encontrou morada no seio da família Bolsonaro formaram o quadro de horror no qual se transformou a política brasileira. Por tudo isso, pelo que somos e pelo que queremos ser, é preciso retomar as rédeas de nosso destino nacional. É por isso que de novo fechamos nossa edição com a convocação para mais um ato nas ruas, dia 24 de julho. Temos participado de várias reuniões e fóruns organizativos. Nem sempre é fácil, mas é mais do que necessário. Só a força de uma poderosa unidade popular e democrática, ampla e irrestrita, poderá fazer frente à essa máquina de morte e destruição que tomou conta do país. Isso não é retórica, não são palavras de ordem a serem gritadas ao vento. Trata-se da vida mesma, a ser defendida sem concessões.

DECANA DO CCMN NEGA INTERFERÊNCIA EM DEMISSÃO DOS TERCEIRIZADOS POR EMPRESA



A diretoria da AdUFRJ divulgou esta semana uma nota (veja ao lado) em que volta a se solidarizar com os terceirizados não contratados pela empresa que assumiu o serviço de limpeza do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN). Na semana passada, o assunto ganhou grande repercussão durante a realização do Conselho Universitário. Existe a suspeita de perseguição política, já que uma das diretoras da Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (Attufjr), Luciana Calixto, está entre os dispensados e não houve cortes no novo contrato. Ou seja, em teoria, todos os funcionários antigos poderiam ser ab-

sorvidos pela nova firma. Os diretores da AdUFRJ esperam que a universidade ajude a encontrar uma solução para o caso. Decana do CCMN, a professora Cássia Turci observa que a decisão pela não contratação dos terceirizados partiu exclusivamente da nova empresa. "Em nenhum momento houve interferência do CCMN", afirma. A docente compartilhou com a reportagem do **Jornal da AdUFRJ** uma instrução normativa do governo, datada de 2017, que proíbe aos servidores públicos praticar atos de ingerência na administração de uma firma contratada. Luciana ainda está na expectativa de um desfecho favorável, não só para o caso dela, mas para o de todos os colegas não contratados. "Tenho muito orgulho de trabalhar na UFRJ. Aprendi muito na universidade", diz. A decana do CCMN, a reitora, a pró-reitora de Governança (PR-6) e a Attufjr vão se reunir na próxima terça-feira, 20, para discutir o tema.

■ **O PROGRAMA ADUFRJ NO RÁDIO** desta semana recebe os professores Eleonora Ziller e Felipe Rosa, presidente e vice-presidente do sindicato, para falar do II Festival do Conhecimento. O evento é uma mostra do potencial da UFRJ como lugar de criação e encontro do saber. Os docentes também avaliam a rejeição recorde alcançada pelo presidente Bolsonaro. Pela primeira vez, a maioria da população está a favor do impeachment. O quadro Café com Ciência e Arte recebe o professor Michel Gherman, do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos. Michel explica como uma ampla coalizão derrotou o ex-primeiro-ministro de Israel Benjamin Netanyahu. O AdUFRJ no Rádio vai ao ar todas as sextas-feiras, às 10h, com reprise às 15h.

IMAGENS DA SEMANA

FOTOS: FERNANDO SOUZA



■ **A CAMPANHA** contra o governo Bolsonaro continua firme nas ruas. Aproximadamente mil pessoas participaram de um ato realizado terça-feira, dia 13, no Centro do Rio. Após concentração na Candelária, os manifestantes se deslocaram até a Cinelândia. O professor Felipe Rosa representou a diretoria da AdUFRJ no protesto, que chamou a população para participação no ato nacional do dia 24 de julho. "O ato cumpriu bem seu papel de 'esquentar' para o dia 24", disse Felipe.



NOTA DA DIRETORIA

Na quinta-feira passada, dia 8 de julho, fomos informados de que a firma de limpeza que assumiu um novo contrato no CCMN não havia incorporado em seu quadro de funcionários 6 profissionais que já trabalhavam no Centro, algumas há mais de uma década e, entre elas, Luciana Calixto, diretora da ATTUFRJ. Assim como as demais entidades da UFRJ (DCE, SINTUFRJ e APG), nos solidarizamos com o pedido da ATTUFRJ para que fosse apurado se houve alguma forma de retaliação política por sua atuação à frente da representação dos terceirizados. No entanto, é preciso ressaltar que o abaixo assinado que está sendo divulgado por um coletivo de professores contém uma nota da ATTUFRJ lida no Consuni que, apesar de discutida conosco, não foi assinada por nós. Além da solidariedade imediata, disponibilizamos a ajuda de nosso serviço jurídico.

Ontem estivemos numa reunião com a Decana do CCMN que nos garantiu que a decisão partiu exclusivamente da nova empresa, não havendo nenhuma responsabilidade da instituição nessas demissões e que não existe qualquer restrição ao trabalho que era realizado por elas. Reiteramos nossa confiança que a UFRJ encontre uma solução junto à empresa, pois já durante o Consuni, a reitora também havia se pronunciado sobre o assunto.

MP quer aulas presenciais em outubro. Comunidade reage

> Ação civil pública enviada à Justiça Federal quer impor multa diária de R\$ 30 mil às instituições que descumprirem a exigência. Reitora vê ataque à "autonomia didático-científica" da UFRJ

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

INSTITUIÇÕES CITADAS NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA:

• Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

• Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

• Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

• Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ)

• Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)

• Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)

• Colégio Pedro II (CPII)

• Colégio Brigadeiro Newton Braga, da Aeronáutica

Por meio de uma ação civil pública, o Ministério Público Federal (MPF) ingressou na Justiça para que oito instituições de educação do estado do Rio de Janeiro, incluindo as universidades federais, retomem as atividades de ensino normalmente em suas instalações. O prazo máximo seria até 18 de outubro. Se houver descumprimento, o MPF sugere a aplicação de multa diária de R\$ 30 mil. O caso, que provocou indignação na comunidade acadêmica, ainda não tem previsão de julgamento.

"É uma violação da autonomia universitária. Espero que não prospere. É muito autoritário neste sentido, quando se arvora a definir uma data para submeter a universidade", afirma a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller. "O período já foi planejado em formato online. Não vai mudar tudo no meio do caminho", completa. Pelo calendário acadêmico da UFRJ, todos os cursos já iniciaram suas aulas remotas. E, para a maioria, o período se encerra somente em 23 de outubro.

O MPF argumenta que o "ensino remoto não mais se justifica", diante do avanço da vacinação contra a covid-19 no Rio de Janeiro. O processo cita que todos os profissionais de Educação puderam se vacinar, ao menos com a primeira dose, em junho. Os procuradores Fabio Moraes de Aragão e Maria Cristina Cordeiro, que assinam o documento, observam que o ensino remoto prejudica, principalmente, os estudantes das famílias mais carentes, pela diferença de condições no acesso à internet. A argumentação da ação se baseia, sobretudo, em crianças e adolescentes, e cita até mesmo a merenda escolar como um dos motivos para o retorno presencial às aulas.

Para a presidente da AdUFRJ, não haveria problema que o Ministério Público, representando interesses de pais e alunos, fizesse algum tipo de cobrança pela volta das aulas nas salas das universidades e escolas. Mas a definição de data e a instituição de multa ultrapassam os limites do razoável. "A UFRJ nunca parou de funcionar. E tem critérios muito fundamentados na

Ciência para a volta ao trabalho presencial", diz.

O MPF também exige, nesse retorno presencial forçado até 18 de outubro, o cumprimento dos "protocolos sanitários aplicáveis" em todas as instituições. Diz o documento que estudos técnicos demonstram que a abertura das escolas não impactou a transmissão e disseminação comunitária do vírus. Se as universidades e escolas não atenderem aos protocolos em uma eventual volta presencial, o MPF sugere nova cobrança de multa diária de R\$ 30 mil.

"Precisamos de retorno seguro. Existe a incerteza de como a pandemia vai avançar e sobre as condições orçamentárias para a compra de equipamento, de álcool em gel, para a organização de todos os prédios", afirma Eleonora. A preocupação se justifica. A reitoria já afirmou, mais de uma vez, que a UFRJ não tem verba sequer para funcionar até o fim do ano.

Quando as condições sanitárias mínimas forem atendidas, a própria comunidade acadêmica deve exigir a volta aos campi. "Ninguém está querendo ficar casa, em ensino remoto. Está todo mundo sofrendo muito. A gente sonhava que em 2021 já fosse possível algum retorno presencial", destaca a presidente da AdUFRJ.

RESPOSTA DA REITORIA

A reitora Denise Pires de Carvalho descartou uma volta presencial no atual período "que já iniciou remoto". Mas admitiu a possibilidade a partir do semestre letivo que se inicia em 16 de novembro, provavelmente em formato híbrido. "Vamos avaliar até lá. Dependerá das questões sanitárias". Existe a previsão de que os estudantes também estejam vacinados. Pelo calendário da prefeitura da capital, até 18 de agosto a população acima de 18 anos receberá ao menos a primeira dose da imunização. O intervalo de três meses para a segunda dose praticamente coincide com o começo do pró-

o seja concedida tutela provisória de urgência para determinar que as ré observem os protocolos sanitários aplicáveis ao retorno das atividades presenciais em todas as unidades de ensino, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) há hipótese de descumprimento da decisão;

ximo período letivo.

Denise afirmou que a iniciativa do MPF "fere nossa autonomia didático-científica". Ela ressaltou que o Ministério Público já estava informado do planejamento institucional possível dentro da pandemia. Importante lembrar que a reitoria instituiu, por meio da portaria 2.336, de 18 de março de 2020, o Grupo de Trabalho (GT) Multidisciplinar para o Enfrentamento da Covid-19, que orienta todas as ações da UFRJ na pandemia. O GT é coordenado pelo médico Roberto Medronho, professor titular da

Faculdade de Medicina e um dos maiores especialistas em Epidemiologia do país.

A reitora lembrou que a universidade não possui recursos para atender aos protocolos de biossegurança exigidos na ação civil pública. "Seria muito bom se o MP se preocupasse em recompor nosso orçamento para garantir o retorno", disse. Já as aulas práticas estão sendo retomadas de forma gradual. "Os sextos, sétimo e oitavo períodos da Medicina; e disciplinas da Odontologia e do Instituto de Química", citou.

Na noite de quinta-feira (15), todas as instituições de educação do estado — incluindo a Uenf e a Ueuzo, que não são citadas no processo — divulgaram uma nota conjunta crítica à ação civil pública do Ministério Público. "A pretensão é arbitrária e violadora da autonomia universitária", diz um trecho. O problema orçamentário também é citado: "Sob o prisma financeiro, a solução que se pretende impor desconsidera os necessários investimentos para fazer a transição do modelo remoto emergencial para o modelo presencial, em momento que as instituições sofrem os mais graves contingenciamentos orçamentários decorrentes dos cortes no orçamento do MEC".

A juíza Carmen Silvia Lima de Arruda, da 15ª Vara Federal, está encarregada do caso. Enquanto a Procuradoria Regional Federal da 2ª Região deve liderar a defesa das universidades no processo, a assessoria jurídica do Andes vai fazer um pedido de ingresso como *amicus curiae* — ou seja, interessado na ação — em nome do próprio sindicato nacional dos docentes, da Fasubra e do Sinasefe.

“Seria muito bom se o MP se preocupasse em recompor nosso orçamento para garantir o retorno

DENISE PIRES DE CARVALHO
Reitora da UFRJ

EM SP, GOVERNADOR AUTORIZOU VOLTA DO ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL

A ação do Ministério Público Federal chegou à Justiça na mesma semana que, em São Paulo, o governador João Dória autorizou a volta presencial do ensino superior a partir de 2 de agosto, por decreto. As instituições poderão receber até 60%

dos alunos. Lá, a maioria não estará imunizada: pelo calendário paulista, os jovens entre 18 e 24 anos só serão vacinados com a primeira dose entre os dias 13 e 20 de agosto.

A USP informou que as aulas de graduação e pós do próximo semestre letivo, que come-

çam em 9 de agosto, deverão ser iniciadas em meio remoto. E que as implicações do decreto estadual serão tratadas em um próximo comunicado à comunidade acadêmica.

Já a Unicamp continua seguindo resolução interna que estabelece o retorno presen-

cial de servidores e alunos apenas após 14 dias do recebimento da segunda dose de qualquer vacina para covid. É permitido o retorno escalonado e escalas em rodízio definido pelo dirigente de cada órgão ou unidade.

EBSERH VOLTA À PAUTA DE DEBATES

Aderir ou não aderir à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsersh)? A pergunta que gerou enorme debate na UFRJ, no início da segunda década dos anos 2000, está de volta quase dez anos depois. Em novem-

bro, o assunto foi levado por diretores dos hospitais ao Conselho do Centro de Ciências da Saúde com o pedido de que o CCS solicitasse à reitoria a retomada das discussões sobre a empresa. A reitoria passou ao

Complexo Hospitalar a tarefa de fazer um levantamento da situação das instituições que aderiram à Ebsersh. No Brasil, a empresa administra 39 hospitais universitários federais. Só a UFRJ, a Unifesp (que tem um HU privado)

Discussão sobre adesão ou não aos serviços da empresa é retomada na universidade. Diretores dos hospitais são favoráveis, mas momento político preocupa

A FAVOR

Artigo

LIGIA BAHIA

Professora do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ e secretária regional (Rio de Janeiro) da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

“É HORA DE AVALIAR A EXPERIÊNCIA DA EBSERH”

A criação e a atuação das Organizações Sociais (OS's), fundações estatais e posteriormente a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsersh) no sistema público de saúde brasileiro têm sido objeto de acirradas controvérsias. Por um lado, situam-se os que as tomam como remédio genérico para todos os males, desde a corrupção à falta de médicos nas unidades de Saúde. Quem as critica mobiliza argumentos sobre a responsabilidade pública sobre os processos saúde-doença e tende a considerá-las como mecanismos dissipadores de recursos. Ou seja, premissas opostas, que paradoxalmente compartilham diagnósticos sobre realidade similares.

Defensores de alternativas à administração pública tradicional costumam ignorar ou fingem desconhecer graves e crescentes problemas de financiamento para a Saúde e imaginam um cenário simplificado, no qual o desafio para os sistemas de Saúde se resume à celeridade nas compras e formas de recrutamento, contratação e avaliação de pessoal: o principal objetivo das reformas gerenciais não é a Saúde. Os operadores diretos e indiretos de administrações arrogaram a capacidade de realizar grandes obras saneadoras mediante mudanças na gestão.

Quem é contra as mudanças gerenciais afirma a relevância dos princípios meritocráticos e da estabilidade da burocracia pública e propõe a retomada dos concursos e carreiras públicas para a contratação de pessoal pelo Regime Jurídico Único (RJU). Entre os argumentos cons-

“É incontornável confrontar o desempenho de instituições que aderiram ou não à Ebsersh. Milagres não aconteceram, mas é preciso reconhecer a maior capacidade de resistência aos ventos destrutivos por parte dos hospitais vinculados à Ebsersh”

tam as bem-sucedidas carreiras do Ministério Público, os gastos administrativos e custos de transação envolvidos com terceirizações até a perda de autonomia de órgãos públicos que seriam submetidos às normas de natureza privatizante. Sob esse enfoque, a ênfase recai na defesa do público para quem nele trabalha, uma defesa dos servidores RJU como guardiões do bem comum. No afã de resguardar direitos de quem já trabalha, enfatiza-se mais financiamento para políticas públicas e pouca atenção tem sido conferida às necessidades de saúde.

Quarenta anos após o início da implementação de reformas que outorgam atribuições estatais a sujeitos privados ou estatais dotados com atributos empresariais há um lastro de experiências concretas. Trata-se, portanto, de avaliar se alegados inconvenientes da administração direta foram eliminados ou ao menos atenuados.

Houve apagamento de traços como a “balcanização”, entendida como fracionamento administrativo e consequente ausência de coordenação? Foram superadas dificuldades relacionadas com o suprimento de medicamentos e equipamentos? Processos de *accountability*, em sua acepção de prestação de contas, transparência, eficiência e eficácia do gasto público, estão ativos?

Diante das experiências concretas de funcionamento de modelos de gestão como a Ebsersh, o debate, polarizado entre os que a saudavam, como terapia infalível para os males causados por constrangimentos burocráticos incompatíveis com a velocidade e diversidade das respostas requeridas por hospitais universitários públicos, e aqueles que a tomaram como uma encarnação da arquitetura neoliberal, adquiriu novos contornos. Atualmente, contamos com um acervo de relatos

e reflexões sobre a dinâmica de funcionamento das Ebsersh. O funcionamento de um número significativo de hospitais universitários imprimiu novas marcas no questionamento sobre a efetividade do novo ordenamento governamental dos aparelhos públicos.

Atualmente, está patente que paladais benefícios da dualização do poder administrativo, sob o qual divide-se, em tese, de um lado, direção e controle, e, de outro, gestão, sendo os dois primeiros prerrogativas do governo, e o terceiro delegado a uma organização independente, não são uma panaceia. Entretanto, é incontornável confrontar o desempenho de instituições que aderiram ou não à Ebsersh. Milagres não aconteceram, mas é preciso reconhecer a maior capacidade de resistência aos ventos destrutivos por parte dos hospitais vinculados à Ebsersh. É pouco? Possivelmente não, especialmente no contexto da crise sanitária e humanitária que trouxe o país para o epicentro da pandemia. A plena utilização da capacidade instalada de unidades públicas de saúde salvou vidas e devolveu esperanças à população no SUS.

Viva o SUS!

Portanto, para que o SUS se afirme como direito universal, importa antes de tudo que a compreensão seja pré-condição para um engajamento a favor da saúde. Ao invés de discussões que deploram, amaldiçoam ou ridicularizam as possibilidades de prestar serviços de saúde aos cidadãos, é prudente encarar a complexidade e o relativismo envolvidos com todas as políticas públicas. Um julgamento bem-informado é essencial à efetiva defesa da saúde pública.



e a Federal do Rio Grande do Sul (cujo hospital é uma fundação) não aderiram à empresa. As duas últimas por razões legais. É que o regimento da Ebsersh proíbe que a empresa atue na gestão de unidades de saúde que não sejam públicas.

As unidades de saúde da UFRJ, por sua vez, começam a debater o tema. A Medicina iniciou as discussões em sua congregação e a Enfermagem realizou uma reunião extraordinária nesta sexta-feira, dia 16. “A grande diferença entre o debate anterior e o atual é que antes tínhamos promessas e propostas. Hoje temos situações concretas que podemos analisar para chegarmos à melhor decisão, ao melhor cenário”, argumenta a diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery, professora Carla Araújo.

O novo debate reacende a divisão na UFRJ. De um lado está boa parte da área da Saúde, sobretudo os diretores dos hospitais universitários, que desejam a adesão. Eles enxergam a empresa como a única alternativa para

solucionar problemas estruturais que se arrastam por longa data. Esperam que a empresa seja um ponto de apoio para minoração de custos com licitações; que legalize a mão de obra hospitalar – hoje mais de seiscentas pessoas são extra quadros só no Clementino Fraga Filho; esperam que retire do orçamento da UFRJ o peso financeiro de arcar com o pagamento desses trabalhadores e das empresas que terceirizam mão de obra para os hospitais; que ajude, por fim, a reorganizar a gestão e a melhorar a infraestrutura dos HUs.

Do outro lado, há os que problematizam a transferência da gestão dos hospitais para uma empresa; criticam a mudança de foco de hospital-escola para hospital de assistência; apontam a interferência da Ebsersh na autonomia universitária. Sob o governo Bolsonaro, este setor tem ainda mais certeza de que a Ebsersh não é um bom caminho. Uma das argumentações está na primeira lista de empresas que o governo pretendia privatizar. A

Ebsersh era uma delas, depois saiu da mira. Outro argumento está no seu alto comando: a empresa é presidida por um general. Oswaldo de Jesus Ferreira é engenheiro, mestre em Aplicação Militar e Doutor em Aplicações, Planejamento e Estrutura Militar. Ele assumiu a Ebsersh em janeiro de 2019, no início do atual governo.

“Nosso papel como sindicato é ajudar a abrir espaço para o debate saudável, com trocas de ideias. Entender as argumentações de um lado e de outro para construirmos uma saída que nos una”, aponta a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller. O **Jornal da AdUFRJ** abre mais uma vez suas páginas para estimular o necessário exercício do contraditório. As professoras Lígia Bahia, ex-vice-presidente da AdUFRJ, e Maria Inês Bravo, ex-diretora da Escola de Serviço Social da UFRJ, apresentam seus argumentos favoráveis e contrários, respectivamente, à vinculação dos hospitais universitários à Ebsersh.

CONTRA

Artigo

MARIA INÊS BRAVO

Professora aposentada da Escola de Serviço Social da UFRJ e da Faculdade de Serviço Social da Uerj e professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Uerj

“RETOMAR ESTE DEBATE NO GOVERNO BOLSONARO É UM ABSURDO”

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsersh), a meu ver — e de outros especialistas —, é uma forma de privatização não clássica, que fere a autonomia universitária, interfere na gestão dos hospitais, tira a preferência do ensino público de Medicina e de outras áreas da Saúde, abrindo campo para a iniciativa privada.

O debate que se seguiu entre 2011 e 2013 na UFRJ foi muito interessante, envolveu os sindicatos e o DCE. Inclusive, o Conselho Universitário só tirou o tema de pauta pelo tamanho da manifestação organizada no auditório do Centro de Tecnologia. Retomar este debate no governo Bolsonaro é um absurdo. Nessa conjuntura, é impossível pensar em aprovar a Ebsersh. Estamos em um novo cenário, em uma conjuntura neofascista em que a Ebsersh é presidida por um general. Não há razão para o maior complexo hospitalar do país aderir à Ebsersh, sobretudo neste momento político. É preciso debater amplamente.

Isto exposto, destaco a seguir a nota da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, da qual sou integrante e que sintetiza meus argumentos. Cabe salientar que a Frente foi criada na Uerj, em 2010. É uma frente de esquerda, suprapartidária, anticapitalista e que congrega 23 Fóruns ou Frontes Estaduais em Defesa da Saúde e contra a Privatização da Saúde. Participam da frente diversas forças políticas, movimento sindical, movimento estudantil, movimentos sociais e populares, alguns conselhos federais das profissões da Saúde e associações de ensino das profissões de Saúde, projetos de ensino e extensão das universidades e entidades nacionais.

“Retomar este debate no governo Bolsonaro é um absurdo. Nessa conjuntura, é impossível pensar em aprovar a Ebsersh. Estamos em um novo cenário, em uma conjuntura neofascista em que a Ebsersh é presidida por um general”

Novas ameaças de privatização dos hospitais da UFRJ, não à Ebsersh.

A Frente Nacional contra a Privatização da Saúde teve um importante papel na luta contra a entrada da Ebsersh na UFRJ em 2012 e 2013 e em todo o Brasil. Na UFRJ, após um intenso processo de mobilização, um histórico Consuni sepultou a contratualização tornando a UFRJ um exemplo vivo de que a ruína e a catástrofe, tão repetidamente prenunciadas para os hospitais universitários que não contratualizaram, não ocorreram.

Face a retomada do tema na universidade, reafirmamos as questões de princípio que têm norteado nossas lutas: a perda da autonomia universitária, o fim da democracia interna e as ameaças sempre presentes de privatização. A Ebsersh se encontra na lista das estatais a serem privatizadas.

Se tudo isso estava presente em 2012, muito mais agora no governo militar de Bolsonaro, com sua política de entrega do patrimônio público, desmonte do Estado e nenhum apreço pela democracia.

Os resultados da gestão da Ebsersh confirmam nossas previsões anteriores. Há um descumprimento da Ebsersh dos termos acordados nos contratos de gestão, que dizem respeito a pessoal e a metas de ampliação de infraestrutura⁽¹⁾.

O Hospital Antônio Pedro, da UFF, se mantém com 150 leitos, a despeito de ter capacidade para 400. Rompimento de contratos, todos por longos períodos (10 a 20 anos) ou até mesmo sem prazo definido, é algo muito difícil.

Os técnico-administrativos dos HUs têm, sistematicamente, seus direitos trabalhistas afetados pela Ebsersh.

A universidade é postergada dos processos de decisão sobre o planejamento estratégico do hospital: definição de investimentos e uso da infraestrutura física⁽²⁾.

Os docentes não são respeitados quanto a seus projetos de pesquisa e extensão, que são considerados pouco lucrativos

pela Ebsersh.

Há relatos (UFMA) de descontinuidade de programas assistenciais.

O Conselho de Administração com participação da universidade deixa de existir. A comunidade universitária e os usuários são aliados de processos de decisão.

Os estudantes não são mais o motivo da existência do HU. Este é pautado pelos procedimentos que trazem mais recursos ao hospital. É uma lógica mercantil que pauta a não entrada de estudantes em determinadas áreas (1).

Insuficiências de pessoal e orçamentárias são temas recorrentes a todos os serviços públicos do país, pois são consequentes da falta de compromisso governamental com os direitos constitucionais do povo.

A UFRJ já enfrentou esse quadro em outras vezes. No caso mais recente envolvendo HUS, tanto a UFRJ quanto a Unirio obtiveram reposição do quadro RJU através de judicialização e por mobilização e luta dos servidores e estudantes.

Com base nos argumentos apresentados e do histórico de luta e resistência da comunidade acadêmica da UFRJ contra a implantação do modelo de gestão que desvirtua a função precípua da universidade, que é o ensino e a pesquisa, além de promover a mercantilização dos serviços num caminho para sua privatização e o desrespeito às instâncias de planejamento e gestão participativos da universidade e do SUS, se entende não ser a Ebsersh a alternativa à crise.

Defendemos investimentos nos hospitais públicos e concurso público (RJU) no RJ.

Referências: 1. Projeto de Pesquisa “Dilemas organizacionais dos hospitais universitários federais no Estado de Janeiro – 2012 a 2017” (IESC/UFRJ)



LUCAS ABREU
lucas@adufjr.org.br

A segunda edição do Festival do Conhecimento mostrou a potência da UFRJ como lugar de criação e encontro dos saberes produzidos dentro e fora da academia. Com o tema “Futuros possíveis”, o evento durou cinco dias, mobilizou mais de 10 mil pessoas e apresentou uma temática ousada e diversa com participação ativa da comunidade acadêmica. Foram exibidas 536 transmissões ao vivo e 700 palestras gravadas. A programação tratou desde vacinas a

PÍLULAS DIÁRIAS DE CONHECIMENTO

COBERTURA COLABORATIVA: @adufjr / @midianinja / @estudantesninja / @nadianicolau / @ufrj.official

12 DE JULHO



AMOR PLANETÁRIO

“Precisamos despertar para afetos com esse planeta”. A frase do filósofo e ativista Ailton Krenak resume a sua participação na mesa “Sonhos e Cosmovisões”. O filósofo falou da relação destrutiva que o consumo estabelece entre a humanidade e o planeta. “A compreensão da terra produzindo vida dentro de si é tão maravilhosa, que resta aos humanos observarmos que estamos nos transformando em um organismo pobre, indiferente ao evento da produção da vida”. A analogia feita por Krenak para ilustrar a sua ideia de que “o capitalismo é uma máquina de destruir mundos” é a de um bebê que, mesmo antes de ter consciência de si, já está usando uma fralda que vai levar centenas de anos para desaparecer do planeta.

Também participaram da mesa a cineasta Sabrina Fidalgo e o neurocientista Sidarta Ribeiro, que apresentaram saídas para o problema apresentado por Krenak. “Existe uma grande infantilidade no capitalismo, que é achar que você pode externalizar todo o prejuízo infinitamente. Precisamos de uma aliança entre diferentes, uma aliança que busque isonomia nas condições de vida e oportunidades”, defendeu Sidarta.

VACINA JÁ

A UFRJ desenvolve uma vacina contra a covid que se encontra na etapa final antes dos testes em humanos. Os resultados são promissores até o momento. O anúncio foi feito pela professora Leda Castilho, do Laboratório de Engenharia de Cultivos Celulares da Coppe, em uma das mesas do primeiro dia do evento. A pesquisadora ressaltou que o traba-

lho, iniciado em fevereiro de 2020, é bastante desafiador: “A gente luta o tempo todo contra a burocracia e contra a falta de verbas”, disse. O debate sobre o futuro dos imunizantes reuniu representantes de outras instituições de pesquisa. O vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz, Marco Krieger também falou dos esforços da instituição para a produção nacional de vacinas. “Esperamos, num momento entre outubro e novembro, trocar o registro do local de fabricação do insumo farmacêutico ativo: da China para a Fiocruz, no Rio de Janeiro”, observou. Já o pesquisador do Instituto Butantã, Paulo Lee Ho cobrou investimentos no parque industrial brasileiro. Para ele, a falta de insumos foi muito sentida na atual pandemia e o país precisa se preparar melhor para futuras crises de saúde.



CORPOS INSURGENTES

Diversidade, inclusão e resistência pautaram a mesa “Corpos Insurgentes” que reuniu grandes nomes do movimento LGBTQIA+ e PCD.

Jonas Maria, Breno Cruz, Leandrinha Du’Art e Ali Prando refletiram sobre questões de gênero, sexualidade, deficiência e existência na sociedade. Os convidados também apontaram o papel das pessoas cisgêneras e sem deficiência na luta por direitos.

“Quando eu falo sobre atualizar essas pautas, eu preciso entender que pessoas com deficiências precisam ir para além de corrimão e rampa. Hoje é preciso falar em empregabilidade, em fazer disso um direito assegurado sem emendas e costuras mal feitas”, explicou Leandrinha Du’Art, influenciadora digital e colunista da Mídia Ninja.

CONHECER É UMA FESTA

INDÚSTRIA VERDE

A mesa “Lei de Emergência Climática - Clima e Sustentabilidade” discutiu a atual relação do ser humano com o meio-ambiente, principalmente quanto a escolhas sustentáveis para as indústrias. O deputado Alessandro Molon (PSB), professora da UFRJ Mirella Pupo Santos e o professor, também da UFRJ, Rodrigo Lemes, conversaram sobre os atuais desafios legislativos que a pauta ambiental enfrenta. Também falaram da importância da universidade para a construção de projetos mais ecológicos.

“A indústria deve ser nova, que aposta na biotecnologia, deve ser intensiva em conhecimento, pesquisa e inovação, deve partir daquilo que o Brasil tem em recursos naturais”, avaliou Molon.

13 DE JULHO



PRESEÇA NEGRA

Para que o amanhã seja diferente, é preciso reescrevê-lo hoje. Essa mensagem norteou a mesa “Futu-

shows de artistas, como Margareth Menezes e Pretinho da Serriinha. “Não há futuros possíveis sem universidades públicas, sem o local da geração do conhecimento”, resumiu a reitora Denise Pires de Carvalho, na cerimônia de abertura, na manhã do dia 12. Foi uma solenidade simbólica. Participaram 10 reitores e vice-reitores de universidades brasileiras, sinal da referência que a UFRJ representa no ensino superior público brasileiro. A reitora da UnB, Márcia Abrahão Moura, exaltou a presença de tantos reitores em um evento que se propõe a falar do futuro da universidade pública. “Para falar do futuro das nossas universidades e do país, vimos como é fundamental a existência das universidades”, disse a professora. O reitor da Uerj, Ricardo Lodi, lembrou das dificuldades que o país enfrenta na pandemia. “Eventos como esse nos lembram da necessidade da autonomia universitária, tão decisiva no combate à

ros Negros”, mediada pelo cineasta Lobo Mauro, Coordenador Geral da Central de Produção Multimídia da ECO-UFRJ, no dia 13. “A representatividade é importante, mas a presença é o que vai dar força. Ela que vai possibilitar pararmos de pedir emprego para passar a contratar. Poder parar de falar ‘parem de nos matar’, para passar a dizer ‘eu vou viver, porque sou dono desse espaço’”, afirmou o ator e escritor Lázaro Ramos.

A linguagem também foi destacada pela professora Glenda Melo (Unirio) como uma ferramenta importante na construção de novas narrativas. “A linguagem vai além da comunicação. Precisamos formar professores que saibam lidar com o racismo dentro de sala. Se ele fica em silêncio, já é uma escolha. E um aluno vítima de racismo sente isso”, apontou. Drlade Aguiar, gestora da Mídia NINJA, ressaltou que esse caminho precisa da pluralidade de perspectivas. “A minha realidade não se aplica a todos os negros e negras. Sempre vai ser incompleta, por mais que eu busque compreender o outro”, completou.

ORA DIREIS, OUVIR ESTRELAS

Ángela Olinato, Eduardo Fraga e Thiago Signorini apresentaram diferentes perspectivas sobre o futuro do universo e da astronomia, no dia 13. O encontro reforçou a necessidade e a importância dos investimentos na ciência e na tecnologia e destacou o valor da parceria entre o governo e a sociedade. “Graças à tecnologia, graças a pessoas desenvolvendo câmeras, telescópios, formas de lançar coisas no espaço, temos tanta informação e tantas perguntas interessantes para estudar”, resumiu Ángela, professora de Astronomia e Astrofísica da Universidade de Chicago. Ela integra a equipe que desenvolveu a sonda *Probe Of Multi-Messenger Astrophysics* (POEMMA) para a próxima missão da Agência Espacial Americana (Nasa). O protótipo está sendo construído e será lançado usando balões superpressurizados a partir de uma base da agência na Nova Zelândia.

ÚLTIMA FLORESTA

O filme “A última Floresta”, que ganhou destaque no Festival de Berlim, motivou uma interessante discussão sobre o processo de produção e construção do filme. O longa-metragem dirigido por Luiz Bolognesi, com roteiro de Bolognesi e do xamã yanomami Davi Kopenawa, conta a história do povo Yanomami, que há tempos é ameaçado pela invasão de garimpeiros.

Bolognesi destacou a importância do saber ancestral indígena e a necessidade da valorização desse saber pela academia: “A gente

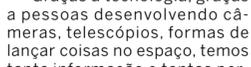
precisa fazer universidade não para dar vaga pros indígenas terem universidade, nós precisamos fazer universidade em que eles são os professores e que nós vamos lá para estudar com eles”.

Além de Bolognesi, participaram da mesa César Guimarães, professor titular da faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, e Olívia Resende, pesquisadora da Escola de Comunicação da UFRJ.



ORA DIREIS, OUVIR ESTRELAS

Ángela Olinato, Eduardo Fraga e Thiago Signorini apresentaram diferentes perspectivas sobre o futuro do universo e da astronomia, no dia 13. O encontro reforçou a necessidade e a importância dos investimentos na ciência e na tecnologia e destacou o valor da parceria entre o governo e a sociedade. “Graças à tecnologia, graças a pessoas desenvolvendo câ-



meras, telescópios, formas de lançar coisas no espaço, temos tanta informação e tantas perguntas interessantes para estudar”, resumiu Ángela, professora de Astronomia e Astrofísica da Universidade de Chicago. Ela integra a equipe que desenvolveu a sonda *Probe Of Multi-Messenger Astrophysics* (POEMMA) para a próxima missão da Agência Espacial Americana (Nasa). O protótipo está sendo construído e será lançado usando balões superpressurizados a partir de uma base da agência na Nova Zelândia.

ÚLTIMA FLORESTA

O filme “A última Floresta”, que ganhou destaque no Festival de Berlim, motivou uma interessante discussão sobre o processo de produção e construção do filme. O longa-metragem dirigido por Luiz Bolognesi, com roteiro de Bolognesi e do xamã yanomami Davi Kopenawa, conta a história do povo Yanomami, que há tempos é ameaçado pela invasão de garimpeiros.

Bolognesi destacou a importância do saber ancestral indígena e a necessidade da valorização desse saber pela academia: “A gente

pandemia”, disse Lodi, que ainda mencionou os casos das universidades que tiveram sua autonomia ferida com intervenções do governo federal. “Fizemos o primeiro Festival do Conhecimento para que ele fosse um encontro da nossa comunidade nesse momento de crise”, disse Ivana Bentes, pró-reitora de Extensão, responsável pela criação e organização do Festival. “O Festival é muito importante nesse momento, afirmando a nossa cultura, os valores da UFRJ. Não é só um festival, mas um ato em defesa das universidades públicas, da ciência e da cultura”, disse.

“O Festival, por si só, já merece de nós todos os agradecimentos e o reconhecimento do papel que ele tem nesse momento, principalmente porque ele traz a público a nossa dignidade acadêmica, a força do pensamento universitário, a vitalidade da vida cultural da universidade brasileira”. Com essa saudação a presidente da AdUFRJ, Eleonora Ziller, começou a sua participação na mesa de abertura. O painel contou com a participação das entidades representativas da universidade: Sintufrj, DCE, APG UFRJ, Attufrj e a própria AdUFRJ. A estudante da Faculdade de Letras, Júlia

14 DE JULHO

MARÉ DE EXTENSÃO

Com o tema “A importância e o impacto da Extensão Universitária na sociedade e na cidade”, o debate abriu as discussões do dia 14.

Eliana Silva, que participou de ações de extensão da UFRJ junto à associação “Redes da Maré”, do Complexo da Maré, destacou como a extensão e os projetos sociais são fundamentais para a formação acadêmica e o quanto essa relação da academia com a sociedade é transformadora.

A vereadora da cidade do Rio, Tainá de Paula, apontou novos caminhos possíveis para a extensão universitária. “O que eu quero reivindicar aqui é que a gente consiga, talvez, horizontalizar mais as decisões do extensionismo - que a gente consiga, por exemplo, criar cadeias, coletivos e conjuntos de demandas que venham do chão da sociedade para o inverso: que pautem o chão da universidade”, reivindicou Tainá.



AULA DE CULTURA

As culturas, linguagens e estéticas indígenas ocuparam o centro das reflexões do professor e escritor Daniel Munduruku, da comunicadora Anápuaka Muniz Tupinambá e da cineasta Graciela Guarani. Eles contaram suas vivências, que refletem a pluralidade dos povos originários, e afirmaram a importância da representatividade indígena em todos os meios de comunicação e também dentro da universidade.

Provocando uma reflexão a partir do tema “Futuros Possíveis”, Daniel Munduruku disse que, para ele, “o futuro é um exercício de imaginação” e chamou a atenção para o que vivemos agora lembrando uma fala que seu avô costumava dizer:

“Se o momento atual não fosse bom, não se chamaria presente”.

COMPLEXO DE VIRA-LATA

Na tarde de 14 de julho foi lançado o livro “Complexo de vira-lata: Análise da humilhação colonial” da filósofa Marcia Tiburi. A obra, editada pela Civilização Brasileira, fala sobre um sentimento de humilhação nacional e as consequências da colonização que ainda se faz presente.

O debate em torno do livro foi riquíssimo, com a autora mostrando como o complexo de vira-lata molda a identidade brasileira. “É a nossa forma de ser, digamos, com uma face estética, uma face moral, uma face política. É a organização da nossa autoimagem e, ao mesmo tempo, algo que vem organizar nossa exposição, nossa forma de se apresentar no mundo e nossa forma, evidentemente, de nos autocompreendermos”.

Antônio Carlos Jucá, historiador e professor da UFRJ, também participou da discussão. “Quando a gente pensa em racismo, machismo, homofobia, ou LGBTfobia, em um sentido mais amplo, quando a gente pensa em todas essas formas de discriminação, todas elas passam pela humilhação. Quanto mais há uma igualdade, ou se tende a uma igualdade, maior é a reação e, portanto, maior o jogo da humilhação”, comentou o historiador.



PROFESSORA DE SWING

A Alegria da Cidade é Ela! Margareth Menezes levou todo seu swing e dendê para encerrar o terceiro dia do Festival do Conhecimento. Com músicas recentes e antigas do repertório, a rainha do AfroPop mostrou cada pedacinho do seu som com pitadas de axé, de afrobeat, de samba-reggae... Maga é uma força que transcende na sintonia com o músico acompanhante Alex Mesquita e na sua interpretação brilhante!

No intervalo entre as músicas, Margareth falou da importância da universidade pública, do reconhecimento do protagonismo da população preta na sociedade e pediu pelo fim da violência contra a mulher, intensificada na pandemia.

Salve a Bahia, salve a música popular brasileira!

15 DE JULHO

AARTE DE DIVULGAR A CIÊNCIA

Com a pandemia, a divulgação científica ganhou um papel estratégico na sociedade. No dia 15, a mesa “Divulgação científica na UFRJ” se propôs a debater as implicações desse momento na Universidade. Renata Zapelli, chefe da seção de Comunicação da Casa da Ciência, destacou que o fechamento dos museus exigiu um aumento das ações online. “Mudam-se os formatos, as linguagens e a tecnologia, mas todos aqueles desafios antigos dos museus de ciência continuam presentes”, disse. “É muito difícil executar esse trabalho a sós, e competir com tudo que há na internet e nas redes”, relatou a professora Sílvia Lorenz Martins, do Observatório do Valongo-UFRJ. Rômulo Neris, doutorando em Imunologia e Inflamação na UFRJ, apresentou seu trabalho na mídia de combate às fake news. “A gente precisa ocupar cada vez mais esses espaços, porque se não formos nós, haverá sempre pessoas contrárias aos

interesses científicos ocupando”, afirmou.

O trabalho da Coordenadoria de Comunicação (Coordcom) da UFRJ foi exibido por Ana Carolina Correia, jornalista da equipe. “A gente precisa entender e passar para o mundo que ciência não é só saúde e tecnologia, mas é também social, humana, cultural e artística”, comentou. A professora Christine Ruta, diretora da AdUFRJ, ressaltou o potencial da internet na execução das pesquisas científicas. “Nunca foi tão fácil ter colaborações, trocas e comunicações entre os cientistas, o que economiza bastante nossos recursos financeiros”, apontou Ruta.

Tatiana Roque, mediadora da conversa e coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura, apresentou a proposta de criação da Superintendência de Difusão Científica (Super-Ciência) para traçar essa política de divulgação científica na UFRJ. “Mais do que estruturar ações, a ideia é construir na Universidade uma cultura de divulgação científica que leve em conta princípios, ações, públicos e mensagens”, completou.

“Se o momento atual não fosse bom, não se chamaria presente”.

“Se o momento atual não fosse bom, não se chamaria presente”.

Vilhena, representante do DCE, fez um discurso político. “É simbólico a UFRJ estar construindo seu Festival do Conhecimento em um período em que o povo está se organizando nas ruas para enfrentar o governo Bolsonaro”, apontou.

“Será um evento de integração e participação indissociável do ensino, pesquisa e extensão”, falou a professora Denise Freire, pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa. Denise também criticou o descaso governamental com a cultura, ciência e tecnologia, denunciando os cortes de verba que o setor vem sofrendo. “Há um descaso governamental com a ciência e cultura. Estamos na contramão do mundo. O corte de verbas pode inviabilizar nossas pesquisas. Vamos aproveitar esse evento para pensar os desafios do presente e do futuro”.

A seguir, um mosaico com notas que mostram uma pequena parte da intensa semana do Festival do Conhecimento. Para saber mais, procure a íntegra da programação no Youtube.

PÍLULAS DIÁRIAS DE CONHECIMENTO

interesses científicos ocupando”, afirmou.

O trabalho da Coordenadoria de Comunicação (Coordcom) da UFRJ foi exibido por Ana Carolina Correia, jornalista da equipe. “A gente precisa entender e passar para o mundo que ciência não é só saúde e tecnologia, mas é também social, humana, cultural e artística”, comentou. A professora Christine Ruta, diretora da AdUFRJ, ressaltou o potencial da internet na execução das pesquisas científicas. “Nunca foi tão fácil ter colaborações, trocas e comunicações entre os cientistas, o que economiza bastante nossos recursos financeiros”, apontou Ruta.

Tatiana Roque, mediadora da conversa e coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura, apresentou a proposta de criação da Superintendência de Difusão Científica (Super-Ciência) para traçar essa política de divulgação científica na UFRJ. “Mais do que estruturar ações, a ideia é construir na Universidade uma cultura de divulgação científica que leve em conta princípios, ações, públicos e mensagens”, completou.

16 DE JULHO

LIBERDADE E AUTONOMIA

Tão atacadas nos dias atuais, a liberdade e autonomia universitária ganharam destaque em mesa do último dia do Festival. Um dos convidados, o professor Antônio José Meirelles, reitor da Unicamp, considera como “embrião do sucesso” das estaduais paulistas a aprovação de um patamar fixo de financiamento das instituições, em 1989, a partir da arrecadação do ICMS. “Aquele valor de 8,4% sofreu mudanças e hoje corresponde a 9,57% do ICMS”, explicou.

Alice Portugal, deputada federal (PCdoB), defendeu um percentual fixo também para as universidades federais, a exemplo das estaduais paulistas, para que “a autonomia didático-científica e administrativa possa também ser exercida em sua plenitude”.

O pró-reitor de Planejamento e Finanças da UFRJ, professor Eduardo Raupp, reforçou o argumento. “Ninguém consegue ter autonomia, se não souber seu orçamento para o próximo ano, como nós não sabemos até agora”, afirmou. “Precisamos pensar num modelo de organização universitária que avance em relação ao que temos, que nos



CIDADES DEMOCRÁTICAS

O deputado federal Marcelo Freixo foi um dos convidados da mesa “Futuro das cidades e da democracia” na última tarde do evento. “O debate da democracia precisa ser aprofundado nas cidades, porque é onde desenvolvemos nossos trabalhos, é onde moramos. Daí o termo cidadania. O projeto de cidade precisa enfrentar o debate das desigualdades”, afirmou o parlamentar.

No caso do Rio de Janeiro, segundo Freixo, que é historiador, o grande debate se dá sobre o território. “Há alguns territórios em que a noção de democracia passa muito longe da realidade. Segundo os últimos levantamentos da UFF, 58% do território da cidade do Rio de Janeiro estão nas mãos da milícia, 25% em disputa. Só sobrou o cartão postal. Nesse sentido, o cartão postal é uma fake news de cidade”. Também participaram o ex-ministro da Cultura, Juca Ferreira, e Felipe Altenfelder, da Mídia Ninja.

MÍDIA E POLÍTICA NO BRASIL: UM LATIFÚNDIO MACHISTA

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufjr.org.br

“As mulheres ocupam em média 28% das cadeiras nos parlamentos na América Latina. No Brasil, não passam de 15%. As poucas que conseguem são filhas, esposas ou netas de políticos”, destacou deputada estadual Renata Souza (PSOL), durante a mesa “Mulheres na Política e nas Mídias” do Festival do Conhecimento, dia 13. “Dificilmente,



há trabalhadoras, fora de uma linhagem familiar de políticos”, completou.

E quanto mais fora da “caixinha”, maiores são os riscos para as que resistem, segundo a deputada. “O fato de Marielle (Franco, vereadora carioca assassinada em 2018) ser uma mulher LGBTI, de ter uma família que não é a tradicional brasileira, de ser da favela, de ser negra da periferia, tornou o corpo dela descartável, matável”, lamentou.

A parlamentar classificou como “feminicídio político” a morte das mulheres que estão na linha de frente das lutas sociais, como ocorreu com a militante dos Direitos Humanos, Dorothy Stang (assassinada em 2005, no Pará), e a juíza Patrícia Acioli (morta por milicianos em 2011, em Niterói).

Renata destacou que a sub-representação feminina na política nacional é alimentada pelo sistema de mídia tradicional. “A mídia

só descobre a Marielle quando ela é assassinada. Isso é gravíssimo, porque a invisibilidade também mata”, apontou.

HOMENS DOMINAM MÍDIA

Segundo a diretora da Escola de Comunicação da UFRJ, professora Suzy dos Santos, os homens também dominam os espaços de decisões e de influência política na mídia. As raras exceções aqui, assim como na política tradicional, também cabem “às filhas, esposas ou primas”. “Elas até têm parte na propriedade dos meios, mas não

o poder de decisão”, explicou a docente.

A lógica patrimonial de “compadrio, coronelismo e mandonismo” perpassa o Brasil, “principalmente no Sul e Sudeste”. “Tivemos dois presidentes que se autoconcederam sistemas midiáticos de televisão, que é o elemento central até hoje na relação entre mídia e poder no Brasil. Quem só tem rádio, em geral, chega a vereador, deputado e prefeito. Governador e senador para cima sempre são donos de televisão”.

Suzy acrescentou que a grade

televisiva, no Brasil, é amplamente desfavorável às mulheres. “Predominam os programas religiosos (21%) e policiais (29%). São gêneros que condenam e criminalizam as pautas das mulheres, especialmente, as negras”, advertiu a professora da ECO.

REPRESENTATIVIDADE

“Como pode a gente, com tanta força, tanto movimento, não conseguir dar esse salto?”, questionou a jornalista e deputada pernambucana Sílvia Siqueira, do Partido dos Trabalhadores, outra convidada do debate. “En-

trei na faculdade sonhando ser a Glória Maria e seis meses depois percebi que não era aquilo que eu queria. O que eu queria era outro caminho”, contou, em referência à representatividade. “Mas o cotidiano televisivo não é a nossa realidade”.

De origem na periferia, Sílvia criticou estereótipos e a generalização no tratamento dos pobres: “É um desrespeito os jornais falando sobre a geração ‘nem-nem’, enquanto a juventude trabalha se equilibrando com filho em cima de bicicleta. Essa, definitivamente, não é uma ge-

ração ‘nem-nem’”, argumentou.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Joyce Trindade, secretária de Políticas e Promoção da Mulher no Município do Rio de Janeiro e ex-aluna do curso de Gestão Pública da UFRJ, ponderou que a violência de gênero se mantém como o principal obstáculo para a participação política das mulheres. “Exposição é também fragilidade”, resumiu.

Por outro lado, há avanços na visibilidade das diferentes formas de violência que afetam as mulheres. “Até pouco tempo atrás,

as secretarias estavam voltadas apenas para a violência doméstica. E hoje o espectro é muito grande, desde o problema no transporte público até a violência obstétrica”, disse.

A secretária opinou que programas de entretenimento, como as novelas, ainda oferecem um leque de representação restrito. “Em muitas dessas narrativas midiáticas, é difícil nos vermos. Quantas jovens não conseguem ver nelas uma projeção de futuro?”, avaliou. “Como diz a filósofa Sueli Carneiro, a relação entre as mulheres negras e o poder é quase inexistente”.

Flexibilizar para melhor cuidar

> Consuni aprova regulamentação da flexibilização do horário de trabalho de profissionais que são também responsáveis pelos cuidados de crianças, idosos ou pessoas com deficiência

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

A adaptação ao trabalho e ao ensino remotos é, sem dúvidas, um dos pontos de tensão e estresse durante a pandemia. Para pessoas que dividem seu dia a dia entre as atividades universitárias e os cuidados com filhos pequenos, pais idosos ou pessoas com deficiência, o *home office* se tornou um desafio e até fator de adoecimento. Mas na UFRJ, pelo menos, essas preocupações – geradas pelo conflito entre estar disponível para produzir conhecimento e ter o tempo necessário para cuidar de outros seres humanos – levaram a mais uma importante conquista.

Na semana passada, o Conselho Universitário aprovou uma resolução que permite a flexibilização das atividades para pessoas cuidadoras, durante a pandemia. A medida alcança toda a comunidade acadêmica – docentes, técnicos e estudantes da graduação e pós-graduação –, não altera as cargas horárias de trabalho ou estudo, mas normatiza acordos entre as partes, para que as pessoas cuidadoras possam exercer toda a rotina de tarefas. A resolução, proposta pelo Grupo de Trabalho em Parentalidade e Equidade de Gênero, não é vinculante, ou seja, seu cumprimento não é obrigatório, mas amplia a discussão sobre igualdade de direitos para cuidadoras, sobretudo no contexto da pandemia, dentro da UFRJ.

O docente que exerce o papel de cuidador poderá requisitar a flexibilização do horário de ofertas de disciplinas, síncronas e assíncronas, e de atividades de extensão, sem que haja prejuízo da carga horária. O texto também recomenda que o cuidador compartilhe suas disciplinas com outro professor, de modo que ele

não seja o único responsável pela oferta e condução do curso. No caso dos técnicos, a carga horária de trabalho pode ser flexibilizada, e a recomendação é que nenhum cuidador seja o único responsável por um setor. Para os discentes, há a possibilidade de fazer suas atividades de maneira assíncrona e o trancamento de disciplinas em prazos especiais.

A resolução caracteriza como cuidador alguém responsável por uma ou mais crianças de até 12 anos, por pessoas com deficiência que necessitem de cuidados especiais ou por idosos que precisem de cuidados por limitações físicas ou mentais. A condição de cuidador é expressa através de uma autodeclaração. Toda pactuação deve ser feita com um acordo mútuo. Caso a outra parte não aceite o acordo, o cuidador poderá recorrer à instância superior.

“A resolução não é normativa, ela recomenda. Não é uma obrigação, a chefia pode negar o pedido. Mas da mesma forma que a resolução prevê a negativa, ela prevê o recurso”, explicou a professora Gizele Martins, coordenadora do GT. O texto final aprovado pelo Consuni foi baseado em uma proposta, apreciada pelo Conselho de Ensino de Graduação em janeiro, que tratava apenas dos docentes. O CEG recomendou que o grupo fizesse uma proposição para as demais categorias e a encaminhasse para o Consuni. “Tentamos de todas as formas nos resguardar e dialogar com todas as instâncias possíveis, para que não houvesse nenhum entrave. Isso ajudou a acelerar o processo”, contou Gizele. “A resolução oficializa o que muitas pessoas conseguiram fazer de forma oficiosa, contando com a boa vontade de todas as partes envolvidas”, explicou.

Antes da resolução ser votada, o grupo divulgou na comunidade acadêmica um guia de boas práticas de apoio à parentalidade e às pessoas cuidadoras. O



objetivo era alertar para as dificuldades de quem se divide entre o trabalho e a função de cuidador. Segundo Gizele, a resolução foi aprovada com os mesmos termos do manual. Agora a tarefa do GT é divulgar a resolução e as possibilidades que ela oferece. “É importante que a resolução seja posta em prática. Ela precisa estar amplamente divulgada, para que as pessoas possam tentar exercer o seu direito”, defendeu a coordenadora do grupo.

Para a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller, o documento é um grande chamado para a solidariedade com as pessoas cuidadoras. “Existir uma resolução do Consuni sobre o assunto é fundamental, porque ela dá institucionalidade a uma coisa que estava muito no campo pessoal”, avaliou. Para a docente, o momento é de construção de redes de apoio e valorização do trabalho dos cuidadores. “Continuamos no campo da solidariedade. O problema não é só a vontade de cada um. É preciso construir, dentro dos departamentos, esse grau de solidariedade, de troca”, afirmou.

O GT Parentalidade e Equidade de Gênero agora trabalha em outras três frentes. Uma nota técnica sobre licença parental para casais homoafetivos, uma sugestão de algo equivalente a uma licença-maternidade para alunas em puerpério e apresentar à Comissão Permanente de Pessoal Docente e à Pró-Reitoria de Pessoal propostas que tratem da progressão de carreira, período probatório e avaliação de desempenho, no período da pandemia. “Vamos fazer dois anos de pandemia, os processos de avaliação dos servidores já vão acontecer”, explicou Gizele. O GT preferiu não dar mais detalhes da proposta antes de reunir-se com a CPPD e com a PR-4.

CONCENTRAÇÃO
NO MONUMENTO
ZUMBI



#24J
24 DE JULHO
SÁBADO
10H



EM DEFESA DAS
UNIVERSIDADES E
DO SERVIÇO PÚBLICO

#VAGINA NO BRAÇO, COMIDA NO PRATO

PARTICIPE DAS ELEIÇÕES DA AdUFRJ, ATUALIZE SEUS DADOS

Nos dias **13, 14 e 15 de setembro** próximos, serão realizadas as **eleições** para a **diretoria** e **Conselho de Representantes** da **AdUFRJ** para o **biênio 2021-2023**. Para que você receba todas as informações, atualize seus dados por meio do **QR code** ao lado ou do **link** abaixo

<https://bit.ly/atualizacaoadufrrj>



Aponte a câmera do seu celular para o código QR. Você será automaticamente redirecionado para a página de atualização dos dados. Em caso de erro de leitura, acesse:

<https://bit.ly/atualizacaoadufrrj>